

Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES

DIRETORIA GERAL

PROTOCOLO

Processo 075/81 - Apenso ao processo № 94/81.

Processo Nº 076/81 - Apenso ao processo Nº 94/81

PROCESSO N.º



INTERESSADO:	Deputado ALGIR LORENZON		
LOCALIDADE: Assembléia Legislativa do Estado do RGS ASSUNTO: Solicita apoio para modificar os critérios de fixac			
	do número de Vereadores das Camaras Municipais do Estado do Rio Grande do Sul		
ARQUIVADO EM	09 de setembro de 1981 1: 24 de Setembro de 1981 Esfecial		

Encarregado do Protocolo

VISTO



Porto Alegre, 25 de agosto de 1981.

SENHOR VEREADOR.

Junto da presente, tenho a satisfação de remeter a V.Sa. cópia de Projeto de Lei que venho de apresentar nesta Assembléia Legislativa, modificando os critérios de fixação do número de vereadores das Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul.

Tomo a liberdade de solicitar-lhe que dê - conhecimento do teor do referido Projeto e respectiva justificativa, aos demais Edis desta Câmara, e se houver a concordância do Legislativo aos termos do mesmo, bem como ao que se - pretende, peço seja manifestada a concordância desta Câmara - âs Lideranças das Bancadas representadas na Assembléia Legis-lativa, assim como aos Senhores Deputados representantes da - região.

Sem outro particular, e na certeza de es tar contribuindo para a melhoria do funcionamento dos Legisla
tivos municipais, apresento minhas cordiais

Saudações

DEPUTADO ALGIR LORENZON

1º Secretário



PROJETO DE LEIN?

DÁ NOVA REDAÇÃO ÀS LETRAS F, G, H e PARÂGRAFO 2º DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 6.327, DE 23 DE DE ZEMBRO DE 1.971.

" Art. 19 ...

- Letra f) De 25.001 eleitores a 30.000 eleitores: 17 vereadores;
- Letra g) De 30.001 eleitores a 35.000 eleitores: 19 vereadores;
- Letra h) Acima de 35.001 eleitores:
 21 vereadores.
- § 2º Dentro de 15 dias a partir da data fixada no parágrafo anterior, as Câ
 maras Municipais, em Sessão Plenária
 Extraordinária com pauta específica,
 cumprirão o disposto nesta Lei.

SALA DAS SESSÕES,

DEPUTADO ALGIR LORENZON



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

JUSTIFICATIVA

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

Dispõe a Constituição do Estado, no seu Artigo 152, que - as Câmaras Municipais serão compostas de, no mínimo, sete (7) vere adores e no máximo de vinte e um (21).

Jã, a Constituição Federal, em seu Artigo 15, parágrafo - 4º, estabelece que, além do número de vereadores nos municipios - brasileiros ser de vinte e um (21) serã guardada proprocionalidade ao número de eleitores do Municipio, para a fixação do número de vereadores das respectivas Câmaras.

No Rio Grande do Sul, específicamente, a Lei nº6.046, de 28 de setembro de 1.970, "dispõe sobre o número de vereadores às Câmaras Municipais", estabelecendo o número de "um vereador para cada dois mil eleitores".

Esta Lei, foi revogada pela Lei Estadual nº6.327, de 03de dezembro de 1.971, a qual estabeleceu limites de acordo com o disposto na Constituição Federal.

Assim, a referida Lei (6.327) em vigor, fixou o número de vereadores nos municipios, dentro dos seguintes critérios:

NUMERO DE ELEITORES		LEITORES	NUMERO DE VEREADORES
DE		ATE,,	
a)		5.000	SETE (7)
ь)	05.001	10.000	NOVE (9)
c)	10.001	15.000	ONZE (11)
d)	15.001	20.000	TREZE (13)
e)	20.001	25.000	QUINZE (15)
f)	25.001	35.000	DEZESSETE (17)
g)	35.001	45.000	DEZENOVE (19)
h)	ACIMA DE	45.000	VINTE E UM(21)

Como se observa, o critério nas alíneas $\underline{A},\underline{B},\underline{C},\underline{D}$ e \underline{E} é o da fixação do número de vereadores, a partir de sete (7) aumentan do dois para cada cinco mil (5.000) eleitores. Sem que fique claro por qual razão, o legislador modificou abruptamente esse critério, passando, nas alíneas \underline{F} , \underline{G} , e \underline{H} a aumentar dois vereadores para cada dez mil (10.000) eleitores.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

. . . 2 . . .

É este critério que se pretende modificar, fazendo com - que o mesmo passe a ter uniformidade, isto é, seguindo um aumento proporcional de dois vereadores para cada acréscimo de cincomil eleitores, respeitadas as disposições da Constituição Federal, que prevê, como se disse, um mínimo de sete (7) e um máximo de vinte e um (21) vereadores nos municipios brasileiros.

A este critério uniforme nos aumentos proporcionais dos limites de vereadores, poder-se-ia acrescentar que hoje, municipios que possuem mais de 35.000 eleitores, certamente contam populações que variam de 70.000 a 100.000 habitantes, o que justifica plenamente um número de vereadores capaz de responder pelas necessidades municipais.

O Projeto de Lei prevê a fixação do número de vereadores dentro dos seguintes limites:

NÚMERO DE ELEITORES DE ATÉ.		NÚMERO DE VEREADORES	
a)	5.000	SETE	(7)
b) 05.001	10.000	NOVE	(9)
c) 10.001	15.000	ONZE	(11)
1) 15.001	20.000	TREZE	(13)
20.001	25.000	QUINZE	(15)
25.001	30.000	DEZESSETE	(17)
30.001	35.000	DEZENOVE	(19)
n) ACIMA DE	35.000	VINTE E UM	(21)

O Projeto de Lei prevê a necessidade da realização de - Sessão Plenária Extraordinária com pauta específica para a fixação deetes limites, ou seja, do número de vereadores de cada Câ-mara, em razão justamente da importância da deliberação que será adotada, através de Resolução.

É o que se pretende com o presente Projeto de Lei. SALA DAS SESSÕES,

DEPUTADO ALGIR LORENZON



CAMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES

INFORMAÇÕES E PARECERES

Fls. n.º	γ
Proc. n.º	

COMISSÃO ESPECIAL

O Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições, designa Comissão Especial¹ para dar o competente parecer ao Processo nº.00077/81, integrada pelos Vereadores:

- PRIMO AGOSTO CONSOLI
- = FLÁVIO FRANCISCO FERRARI
- = OLINTO DE ROSSI

Sob a presidência do primeiro, com prazo de 08 (oito) dias para exarar o parecer.

Sala das Sessões, aos 10 de setembro de 1981

Vereador LUIZ ALGUSTO SIGNOR Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES

INFORMAÇÕES E PARECERES

Fls. n.º	
Proc n 0	

PROJETO/PROCESSO no 77/81

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

OBJETIVO: Aumentar o número de Vereadores

ESPECIE: Indicação Procedência: Correta Competência: Correta

Objetivo: legal.

Deputado da Assembleia Legislativa do Estado apresenta i dicação visando a modificação dos critérios da Carta Magna, para preencher um maior número de Verea-dores para municípios pequenos, equiparando todos aqueles que possuam mais de /~35.000 eleitores.

Grandes cidades (Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, Caxias), com mais de 100.000 eleitores, teriam Câmaras com o mesmo número de Vereadores de Bento Gonçalves, Erechim, / Santa Rosa e etc., numa desigualdade flagrante.

Quer parecer a esta Consultoria que o projeto so vem a onerar mais os municípios, sem nada trazer de útil, a nãoser um proselitismo de vespera de eleição.

Todavia, a decisão aos senhores Vereadores.

Bento Gonçalves, 16 de setembro 1981

A COMISSÃO

SULA FERNANDO FERBABI — EM

Dr. Ulysses Vicente Tomasini Consultor Juridico.

Presidente

az

COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA.

A Comissão especial designada para examinar a presente indicação, sugere seu arquivamento, pois que os princ<u>í</u> pios legais vigentes são os mais corretos.

Bento Gonçalves, 16 de setembro/1981

UNISSES CONTRA SEIN CONTRA SEI

Mod. CM - 07

Presidente